

## ANPD participa de seminário sobre o Marco Regulatório da Inteligência Artificial no Brasil

**Evento reuniu especialistas no tema para debater as principais repercussões da Inteligência Artificial no País e no setor de inovação tecnocientífica**



Nesta segunda-feira (17/04), a Autoridade Nacional de Proteção de Dados participou do [Seminário](#) “A construção do Marco Regulatório da Inteligência Artificial no Brasil”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília.

O objetivo do evento foi debater sobre a elaboração do Marco Regulatório da Inteligência Artificial no Brasil e tratar das principais repercussões para o setor de inovação tecnocientífica por meio da implementação de ferramentas de governança regulatória.

A Diretora da ANPD, Miriam Wimmer, participou do painel “Direitos e deveres no ciclo de vida dos sistemas de IA” trazendo reflexões sobre o arcabouço jurídico brasileiro em termos de direitos e deveres relativos à IA, avaliando, à luz da LGPD e de outras normas jurídicas, as possíveis lacunas que poderiam ser endereçadas por meio de Projeto de Lei sobre a temática.

No mesmo painel estiveram presentes a Professora do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Bianca Kremer, o Professor da PUC-SP, Diogo Cortiz, e a Pesquisadora do Centro de Ciências Sociais de Berlim, Clara Keller. O painel contou com a moderação de Filipe Medon, membro da Comissão de Juristas responsável por subsidiar elaboração de substitutivo sobre IA, no Senado Federal.

## ANPD recebe a Coalização Direitos na Rede para tratar do Marco Legal da Inteligência Artificial

**Membros da coalizão estiveram na sede da Autoridade para estreitar relações e somar esforços na regulação da IA no Brasil**



Nesta terça-feira (18/04), a Autoridade Nacional de Proteção de Dados recebeu, representantes da Coalizão Direitos na Rede – CDR. A rede, com mais de 50 organizações, tem como objetivo defender princípios relacionados à liberdade de informação e expressão, privacidade, dados pessoais, entre outros.

O objetivo da reunião foi estreitar o relacionamento da Autoridade com os representantes do grupo que trata sobre Inteligência Artificial da CDR, abrindo um espaço de articulação entre as entidades, além de reforçar o espaço de abertura para diálogos técnicos desenvolvidos pela sociedade civil, em que possam ser discutidos temas importantes para a regulação da Inteligência Artificial no Brasil.

Para o Diretor-Presidente da ANPD “é importante essa aproximação para que a Autoridade, além de ser ouvida, possa colaborar na construção de normativos que protejam, não só o titular de dados pessoais, mas garantam seus direitos frente às organizações que utilizam Inteligência Artificial”.

Nos últimos meses o assunto tem fomentado pautas importantes no Judiciário e no Legislativo brasileiro, sendo de suma importância que haja um amplo debate sobre o tema e maior participação de diversos setores interessados, para a elaboração de projetos que visam regular o tema no País.

A Diretora do Laboratório de Políticas Públicas e Internet – LAPIN, Cynthia Picolo, enfatizou que “Somente através desse tipo de construção é que poderemos alavancar uma regulação de IA responsável centrada nos seres humanos, possibilitando assim a inovação sem ofensa aos direitos garantidos na Constituição”.

Para André Fernandes, Diretor do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife – IP.rec, “A Coalizão vê com muita importância a criação desses canais de diálogos perenes entre os diferentes setores e, a partir dessa abertura com a ANPD, vislumbra trabalhar na soma de esforços para a garantia de direitos.”

Na reunião estiveram presentes, representando a Autoridade, o Diretor-Presidente Waldemar Gonçalves, a Coordenadora-Geral de Relações Institucionais e Internacionais - CGRII, Juliana Müller, e os integrantes da CGRII, Diego Machado, Iuri Ribeiro e Tainá Mota, o Coordenador-Geral de Tecnologia e Pesquisa - CGTP, Marcelo Guedes, e o Coordenador de Tecnologia e Pesquisa, Thiago Moraes, os Assessores do Gabinete, Caroline Kappel e Jeferson Barbosa e o Gerente de Projetos, Davi Teófilo. Pela CDR estiveram presentes, a Diretora do Laboratório de Políticas Públicas e Internet – LAPIN, Cynthia Picolo, o Diretor do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife – IP.rec, André Fernandes, e o representante da AqualtuneLab, Celso Oliveira.

### **Coalizão Diretos na Rede**

A [Coalizão Diretos na Rede](#) é uma rede de entidades que reúne 56 organizações acadêmicas e da sociedade civil em defesa dos direitos digitais, tendo como temas principais de atuação: acesso, liberdade de expressão, proteção de dados pessoais e privacidade na Internet.

**Fonte:** [ANPD](#), em 18.04.2023.